

MESQUITA, 12 de janeiro de 2024.

OFÍCIO Nº 025/2024/MESQUITAPREV

Ref.: Ofício PRS/SSE/CGC 35636/2023
Processo TCE/RJ 238.494-5/2023

Origem: INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO.
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022.

Prezado Senhor,

Em atendimento ao Ofício supra referenciado encaminhamos, em anexo, ao presente ofício **ESCLARECIMENTOS COM DOCUMENTOS**, requerendo desde já o seu processamento.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos adicionais e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cátia da Silva Ferraz
Diretora Presidente
Matricula 80.003

Ao Subsecretário Adjunto de Contas
DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
Praça da República, 70 - Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20211-351

OFÍCIO Nº 025/2024/ MESQUITAPREV

Mesquita, 12 de janeiro de 2024.

Processo TCE/RJ 238494-5/23
Ref.: Ofício PRS/SSE/CGC 35636/2023

Exmo. Sr. Conselheiro,

CÁTIA DA SILVA FERRAZ, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, em resposta a COMUNICAÇÃO encaminhada por meio do Ofício em epígrafe, perante este Colendo Tribunal de Contas, apresentar os seguintes documentos/esclarecimentos, na forma abaixo exposta.

DA TEMPESTIVIDADE

Recebida a comunicação do Ofício supracitado por meio do Sistema de Comunicação Digital – SICODI no dia 18 de dezembro do ano 2023, considerando a suspensão dos prazos pelo período de 21/12/2023 a 20/01/24, na forma disposta no art. 9º da Deliberação TCE nº 306/2020, sendo, **portanto, a presente RESPOSTA tempestiva.**

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual relativa ao exercício de 2022, onde essa Corte sugeriu EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO, previsto no Art 5º, §2º da Deliberação TCE-RJ Nº 277/17, solicitando informações e documentos complementares, que seguem abaixo.

Para que tenhamos uma resposta mais organizada lançaremos abaixo as solicitações como forma de demonstrar o atendimento integral, uma a uma:

ESCLARECIMENTOS

1. Quanto às pendências nas conciliações bancárias, conforme Relatório do Responsável pelo Setor Contábil (Peças nº 18);

ESCLARECIMENTOS:

Quanto a pendência que está gerando diferença na Conciliação bancária, após análise dos responsáveis pelo setor contábil deste Instituto, verificou-se que se trata do montante indagado no Questionamento 2 deste Ofício, de rubrica “exercícios anteriores”, conforme passa a demonstrar.

Nota-se pelos documentos acostados, que o saldo contábil no Resumo de Conciliação bancária monta R\$ 163.446.274,04 enquanto o Resumo das contas bancárias registra o valor de R\$ 187.928.966,72. A dedução entre eles gera, justamente, o valor questionado no item 2 e equivale aos saldos das contas pendentes de correção abaixo demonstrada.

Após diligências nos registros deste RPPS, verificou-se que por erro operacional administrativo, o setor contábil deixou de registrar na contabilidade a baixa de valores, ocorrendo o mesmo só no âmbito financeiro.

A despeito disso, informo que no Resumo de Contas Bancárias, nas contas correntes da Caixa Econômica, conta 17-0 apresenta o saldo R\$ 3.903.800,35; conta 5-6 com saldo R\$ 20.566.731,75 e Banco Itaú conta 55479-2 com saldo R\$ 12.160,58(anexo), sendo estes os valores registrados em contas que não mais existem financeiramente, todavia não foram baixados nos Registros contábeis, tendo sido mantidos, equivocadamente, pela gestão anterior sob a rubrica “saldos pendentes de correção”, no valor total de R\$ 24.482.692,68).

Banco: saldos a corrigir conta administrativa 17-0 caixa Agência: 0000 anos anteriores						
111110601000019	01 - 0	saldos pendentes de correção	3.903.800,35	0,00	0,00	3.903.800,35
			3.903.800,35	0,00	0,00	3.903.800,35
Banco: saldos a corrigir conta mesquitaprev 5-6 caixa Agência: 0000 anos anteriores						
111110601000020	02 - 0	saldos pendentes de correção	20.566.731,75	0,00	0,00	20.566.731,75
			20.566.731,75	0,00	0,00	20.566.731,75
Banco: saldos a corrigir ITAU S/A 55479-2 Agência: 0000 anos anteriores						
111110601000028	03 - 0	saldos pendentes de correção	12.160,58	0,00	0,00	12.160,58
			12.160,58	0,00	0,00	12.160,58

Na prática, são quatro contas que possuem valores registrados contabilmente não mais existentes na esfera financeira, conforme exposto acima

Tal fato é de fácil constatação por mero cálculo aritmético, posto que se excluirmos o montante das contas (R\$ 24.482.692,68) do Resumo de contas bancárias, haverá equivalência e regularidade nas conciliações bancárias.

Sendo assim, esclarecido que a diferença está sendo causada por erro operacional administrativo, o qual já vem sendo tomadas providências corretivas, requer seja acolhido e considerado cumprido o questionamento.

Por fim, ressalto que esta pendência ocorreu em gestão anterior à esta, e quando esta signatária teve ciência imediatamente tomou as providências cabíveis expostas no item 2.

2. Quanto às providências para regularização dos débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.478.278,61;

Ao assumir a gestão deste RPPS, a signatária tomou ciência pelo setor contábil e financeiro acerca da ausência de baixa em valores que saíram das contas do Instituto, para fins de pagamento de RST, restituição de auxílio doença, auxílio maternidade, gratificações temporárias que não compunham o cálculo dos proventos.

Estes valores teriam sido consignados sob a rubrica “débitos de exercícios anteriores” equivocadamente, pois eram saldos pendentes de correções, conforme demonstra documento anexo.

Banco: saldos a corrigir conta						
administrativa 17-0 caixa Agência: 0000						
anos anteriores						
111110601000019	01 - 0	saldos pendentes de correção	3.903.800,35	0,00	0,00	3.903.800,35
			3.903.800,35	0,00	0,00	3.903.800,35
Banco: saldos a corrigir conta						
mesquitaprev 5-6 caixa Agência: 0000						
anos anteriores						
111110601000020	02 - 0	saldos pendentes de correção	20.566.731,75	0,00	0,00	20.566.731,75
			20.566.731,75	0,00	0,00	20.566.731,75
Banco: saldos a corrigir						
ITAU S/A 55479-2 Agência: 0000						
anos anteriores						
111110601000028	03 - 0	saldos pendentes de correção	12.160,58	0,00	0,00	12.160,58
			12.160,58	0,00	0,00	12.160,58

A contadora que compunha o quadro de efetivos à época, sra Renata Reis, somente registrou que haviam valores (saídas) pendentes de registro contábil, mas não tomou nenhuma providência.

Visando apurar a veracidade dos fatos e respectiva responsabilidade, a atual gestora abriu processo administrativo (P.A Nº 02/1381/2022 e solicitou aos responsáveis pelo setor contábil, administrativo e financeiro, a localização de todos os processos, documentos, registros e/ou afins pertinentes ao montante apontado, com o devido acompanhamento do Controle Interno.

Fato é que até a presente data já foram localizados e identificados pagamentos da época que, somados já montam R\$ 22.692.409,55, valor que aproxima-se da quantia que vem sendo objeto de apuração, conforme demonstram documentos e planilha anexa, corroborando, assim, para a assertiva de que a diferença decorre de erro operacional/administrativo (valores pagos - saída do Financeiro - sem a respectiva baixa na Contabilidade).

Assim, informo que estão sendo providenciadas por esta gestão as medidas eficazes com vistas ao ajuste contábil não efetuado à época própria, para sanear definitivamente o questionamento.

3. Quanto ao montante de **R\$ 213.707.007,47** registrado no Ativo Financeiro não está em consonância com o correspondente registro de **R\$ 230.555.788,82** evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, resultando uma divergência de **R\$ 16.848.781,35**;

Esclarecimentos:

Foi verificado que o corpo instrutivo do Tribunal de Contas encontrou esta diferença de R\$ 16.848.781,35 (Dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), em seu calculo, às fls. 14 do processo TCE/RJ nº 238494-5/23 - Tabela 8 – Conferência do Saldo do Ativo e do Passivo – Lei nº 4.320/64.

A Contabilidade do Instituto verificou que o Tribunal, ao realizar o cálculo mencionado no parágrafo anterior, utilizou o valor de R\$ 42.626.822,10 (Quarenta e dois milhões seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e dez centavos), evidenciado na tabela pela a letra “(E) *Outros créditos a Receber e Valores a Curto Prazo*”, como uma conta de atributo “F – financeiro” quando, na verdade, tal conta tem atributo “P – permanente”. A esse respeito a Contabilidade, no quadro abaixo, detalha a composição do referido item “(E) *Outros créditos a Receber e Valores a Curto Prazo*”, como segue:

Plano de Contas do Balanço Patrimonial	Classificação	R\$
1.1.2.1.2.05.01.00.00	Contribuições do RPPS a Receber	18.164544,56
1.1.2.1.2.05.01.00.00	Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo – intra – OFF	24.462.277,56
Total		42.626.822,10

Entretanto o Corpo Técnico do Instituto entende que estas contas não compõem o Ativo Financeiro (atributo “F”), tendo em vista que não houve entrada financeira desses recursos, apenas representam Direitos a Receber da Autarquia, compondo um conjunto de contas, como já dito anteriormente, com atributo “P”. Sendo assim, não podem ser incluídas no Ativo Financeiro e, neste sentido, pedimos a aceitação desta Corte de Contas sobre esta divergência.

Logo a diferença real apurada quando excluído o valor de R\$ 42.626.822,10 (Quarenta e dois milhões seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e dez centavos) é de R\$ 25.778.040,75 (Vinte e cinco milhões setecentos e setenta e oito mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos).

O Corpo Técnico do Instituto verificou que este valor foi consequência de um lançamento errôneo que influenciou o Balanço Patrimonial – Demonstrativos dos Ativos e Passivos Financeiros, onde incluiu nos investimentos temporários um aumento de R\$ 25.778.040,75 (Vinte e cinco milhões setecentos e setenta e oito mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos), acumulados até o Exercício Financeiro de 2022, onde o correto era contabilizar nas Variações Patrimoniais pois trata-se de desvalorização da carteira de investimento, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Correto	Valor Lançado no Demonstrativo	
Ativo			Diferença
Caixa ou Equivalente a Caixa	24.484.080,55	24.484.080,55	0,00
Investimentos Temporários a Curto Prazo	163.444.886,17	189.222.926,92	25.778.040,75

	187.928.966,72	213.707.007,47	25.778.040,75
--	----------------	----------------	---------------

Após identificar a inconsistência, estas foram corrigidas no Exercício Financeiro de 2023 conforme demonstrado abaixo:

Nº de Lançamento	R\$
7020	14.842.512,75
7019	10.907.328,28
7018	28.199,72
Total	25.778.040,75

Solicitamos assim o entendimento do Tribunal quanto a este erro material, reiterando que o mesmo foi corrigido no ano posterior segue Notas Explicativas do Lançamento Contábil, confirmando o que foi dito acima.

4. Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10 (R\$)	Modelo 34 e 35 (R\$)	Diferença (R\$)
Patronal	17.180.018,91	10.547.140,37 + 1.558.175,18 = 12.105.315,55	5.074.703,36
Servidor	7.816.088,78	7.186.855,65	629.233,13

ESCLARECIMENTOS:

A diferença apontada explica-se porque no **Modelo 34 e 35 são lançadas as contribuições retidas e repassadas DENTRO DO EXERCÍCIO 2022**. Enquanto no ANEXO X foram computados também as contribuições que deixaram de ser passadas em 2021 e foram repassadas no exercício seguinte (2022). Tal fato pode ser comprovado através do DEMONSTRATIVO DE RECEITAS DO EXERCÍCIO 2022 que segue anexo, onde podemos verificar também o ingresso de contribuições referentes ao Exercício 2021. Do somatório dos valores do ANEXO 10 referentes a 2021 destacados nos documentos, verifica-se que equivale a diferença apontada por esta Egrégia Corte. Isto

significa que em 2022 também foram repassadas contribuições que estavam em aberto em 2021, daí a diferença de valores.

Assim, comprovado que a diferença refere-se tão somente a lançamento de diferentes competências (no anexo 10 foram computadas as arrecadações de 2022 e também 2021, enquanto nos Modelos há orientação no próprio documento de lançar somente contribuições que ingressaram DENTRO do período – 2022), requer o acolhimento e regularidade das contas.

5. Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

ESCLARECIMENTOS:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante é um anexo (o anexo 17) da Lei Federal 4.320/64 onde retrata a dívida a curto prazo de um Ente da Federação. As Contribuições dos servidores retidas são receitas do Instituto e, por conta disso, não são evidenciadas no anexo 17 da 4.320/64, razão da ausência de registro indagada.

Assim, esclareço que, via de regra, **o anexo 17 da Lei Federal 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante é um demonstrativo que evidencia a dívida a curto prazo do MesquitaPrev e as contribuições dos servidores retidas em folha de pagamento, são RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS da Autarquia que não transitam por contas de despesas evidenciadas no anexo 17.**

6. Quanto não ter ocorrido arrecadação à título de compensação previdenciária no exercício de 2022, uma vez que o RPPS possui convênio com a COMPREV (conforme Estudo Atuarial à Peça n.º 24);

ESCLARECIMENTOS:

De fato o Convênio foi firmado no Exercício 2022, mas há uma série de requisitos a serem cumpridas até o efetivo recebimento. Na sequência foi exigido que as partes firmassem o Termo de adesão com a DATAPREV, responsável por operacionalizar a COMPREV. Somente com o sistema DATAPREV operando é possível o lançamento de processos para receber a compensação.

Assim, os processos foram lançados imediatamente no sistema, todavia há uma sequência de procedimentos que antecedem o recebimento da receita,

como análise de documentos enviados por analistas da DATAPREV, que tramitam por diversos setores.

Considerando que a legislação estabelece os prazos para análise dos requerimentos de compensação financeira apresentados pelos regimes instituidores, a saber em até 1.080 (mil e oitenta) dias no ano 2022, sendo reduzido o período a partir de janeiro de 2023 para 540 dias, podemos afirmar que **ESTAMOS DENTRO DO PRAZO legal para o ingresso da receita COMPREV, conforme artigo 4º, da Portaria SEPRT/ME Nº 15.829/2020.**

Ademais, é notório que no Exercício 2022 tanto o COMPREV quanto o sistema DATAPREV passaram por modificações/atualizações de software e ferramentas, chegando a ser chamado, inclusive de “NOVO COMPREV”. Tais fatos podem ser comprovados pelas reiteradas publicações de Informativos pela própria Secretaria de Previdência e Notas Técnicas que foram amplamente divulgadas nos sítios oficiais.

Não menos importante lembrar que a análise e pagamento do COMPREV obedece ordem cronológica de Requerimentos e Cumprimento da obrigação de pagar de outro ente (RGPS ou RPPS), fatos que independem deste gestor.

Visando comprovar que esta gestão tem sido diligente e responsável, segue anexo Relatório emitido pelo próprio sistema DATAPREV, onde é possível verificar que há 102 processos em análise cujo recebimento provavelmente ocorrerá na próxima PCA.

Assim foram tomadas todas as providências para o recebimento do COMPREV, desde o Convenio e Termo de Adesão com a DATAPREV como os respectivos Requerimentos de recebimento, estando este RPPS dentro do prazo legal previsto para o ingresso **Portaria SEPRT/ME Nº 15.829/2020.**

7. Quanto aos gastos com despesas administrativas no valor de **R\$ 984.818,84** ter ultrapassado os parâmetros estabelecidos pela legislação do RPPS (que fixa em 1% para Taxa Administrativa), cujo o valor Limite foi de **R\$ 812.260,89.**

ESCLARECIMENTO: *O valor da taxa administrativa apontado acima, no valor de R\$ 812.260,89 está correto. Todavia, os gastos com despesas administrativas no Exercício 2022 totalizou R\$ 782.773,94 com sobra para o Exercício seguinte, inclusive, de R\$ 172.557,95 e, portanto, não ultrapassou os parâmetros legais, conforme comprovam documentos anexos.*

O valor apontado pela Egrégia Corte no importe de R\$ 984.818,84 como sendo despesas administrativas está equivocado, pois este montante refere-se a relação de despesas empenhadas com a taxa administrativa e NÃO às despesas efetivamente pagas, conforme comprova documentos anexos (Modelo

13 – Demonstrativo do Limite de Despesas Administrativas, Consolidado – Demonstrativo de Despesas, Demonstrativo de Empenhos).

CONCLUSÃO

Desta forma, atendidos INTEGRALMENTE os esclarecimentos e remetidos os documentos pertinentes, que comprovam que as diligências e gestão pautada na legalidade, transparência e sustentabilidade deste RPPS, REQUEIRO o acolhimento das informações e **REGULARIDADE das contas**.

Na hipótese da Egrégia Corte considerar que alguma informação foi insuficiente, seja-nos comunicado e concedido prazo para complementá-las, por ser medida da mais lúdima e salutar justiça.

Mesquita, 12 de janeiro de 2024.

Cátia da Silva Ferraz
Diretora Presidente
Matricula 80.003